

083

Diretrizes de políticas públicas para a pesquisa científica e tecnológica em bioenergia no Estado de São Paulo

Luís Augusto Barbosa Cortez
Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/51725-1
Vigência: 1/8/2006 a 31/7/2009

O objetivo deste projeto é propor diretrizes, estratégias e políticas, para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Abrangerá as áreas de produção agrícola e industrial, produtos e externalidades. A equipe é composta pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) no papel de instituição parceira e pelas instituições: CTC, Embrapa, Faenquil, IPT, UFS-Car, Unesp, Unicamp e USP. As atividades de diagnóstico, análise, prospecção, avaliação, elaboração de propostas de melhoria, mudança e/ou inovação e disseminação do conhecimento compõem o escopo do projeto. O resultado irá contemplar toda a cadeia produtiva e oferecerá subsídios para a elaboração de políticas públicas para o setor.

084

Avaliação da gestão de políticas públicas integradas e participativas na subprefeitura de Capela do Socorro – município de São Paulo

Márcia Faria Westphal
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07190-8
Vigência: 1/5/2004 a 31/5/2008

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando desde o ano de 2001 uma política de descentralização que culminou na criação de 31 subprefeituras (Lei nº 13.399 de 10 de agosto de 2002). Esse processo não se apresenta apenas como uma opção político-administrativa que provoca mudanças, possibilitando uma atuação voltada ao desenvolvimento local e uma ruptura com formas tradicionais de ação governamental na cidade, mas também como um processo de redistribuição de poder político. O processo de descentralização na subprefeitura da Capela do Socorro insere-se nessa lógica e teve início em fevereiro de 2001, com a criação do Núcleo Intersecretarial da Capela do Socorro. Esta subprefeitura situa-se na região sul da capital, em área de proteção aos mananciais, com 135 quilômetros quadrados e 563.922 habitantes. Com a aprovação da lei das subprefeituras, a Capela do Socorro vem se estruturando de modo a integrar o planejamento das sete coordenadorias que representam as áreas de gestão local. A adoção do conceito de Unidades de Planejamento Participativo UPP's) – recortes territoriais que

subdividem os distritos administrativos – permitirá potencializar a integração entre as áreas de gestão e fortalecer a participação da sociedade civil no planejamento local. Duas (96.779 habitantes) das nove, foram definidas como áreas pilotos para a implantação do projeto Capela do Socorro Saudável. Este projeto conta com o apoio técnico da Organização Pan-americana de Saúde e do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis da Faculdade de Saúde Pública da USP. A criação de estratégias de monitoramento da implementação e avaliação, bem como a definição de parâmetros para o planejamento de políticas pelo setor público, poderá contribuir e apoiar a gestão de problemas locais complexos e garantir a reprodutibilidade para outras áreas da região metropolitana. Este projeto de pesquisa pretende, com o envolvimento das três instituições, acompanhar, sistematizar e criar mecanismos de aprendizagem e avaliação do processo de implantação da gestão descentralizada das políticas públicas nas duas UPP's selecionadas. O desafio é o estabelecimento de novos desenhos e instrumentos de gestão que possibilitem o controle mais direto por parte dos cidadãos, bem como o estímulo às práticas participativas, vinculadas aos processos de democratização política.

085

Metodologia de avaliação de programas de transferência de renda: estudo-piloto e capacitação de técnicos para municípios selecionados nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas

Gilda Figueiredo Portugal Gouvea
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2003/06439-2
Vigência: 1/3/2004 a 30/4/2007

O presente projeto de pesquisa pretende elaborar metodologia de avaliação de programas de transferência de renda e promover a capacitação de técnicos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Para o desenvolvimento dessa metodologia foram selecionados dois municípios na Região Metropolitana de São Paulo – Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba – e dois municípios na Região Metropolitana de Campinas – Monte Mor e Engenheiro Coelho –, nos quais serão aplicados estudos-pilotos. Os municípios selecionados implementam os seguintes programas de transferência de renda: Renda Cidadã (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti (Ministério do Trabalho), Agente Jovem (Ministério da Previdência e Assistência Social), Benefício de Prestação Continuada – BPC (Ministério da Previdência e Assistência Social),

Bolsa Escola (Ministério da Educação) e Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio-Gás (Ministério das Minas e Energia). Também farão parte do projeto, se for o caso, programas municipais de transferência de renda. A metodologia a ser desenvolvida para a avaliação desses programas envolve as seguintes etapas: realização de uma pesquisa tipo painel que acompanhe, ao longo de quatro anos, uma amostra das famílias beneficiadas e de famílias inscritas que constituirão um grupo de controle, permitindo mensurar os resultados apresentados pelos programas; identificação dos impactos na realidade das famílias e dos efeitos, esperados ou não, que afetam os meios sociais e institucionais nos quais os programas se inserem, estabelecendo as devidas relações de causalidade. A capacitação de técnicos envolve as seguintes etapas: acompanhamento na elaboração da metodologia; treinamento para a aplicação da metodologia; disseminação da metodologia para técnicos das prefeituras; e organizações não governamentais envolvidas.

086

Educação inclusiva: o desafio de ampliar o atendimento com qualidade e a formação docente

Rosângela Gavioli Prieto
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/02953-8
Vigência: 1/9/2002 a 31/10/2006

Esta proposta tem como parceiros a Prefeitura do Município de Diadema, a Feusp e o Centro Universitário da Fundação Santo André. Ela visa ao estudo de políticas públicas da educação inclusiva com o objetivo de analisar: práticas do Poder Público que coexistem com modalidades segregadoras e/ou de inclusão dos alunos com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular, tais como convênios com entidades especializadas e/ou assistenciais, salas de apoio, equipes itinerantes de especialistas, transporte especial. Posto que a melhoria da qualidade não se concretiza apenas pela democratização do acesso em escolas regulares, mas exige medidas educacionais voltadas ao desenvolvimento e à aprendizagem. Objetiva-se avaliar como essas práticas têm conformado essa condição; o fluxo escolar desses alunos, agregando informações qualitativas; qual a formação docente necessária ao atendimento de qualidade, tendo como copesquisadores os próprios professores e seus agentes formadores, discutindo e revendo sua prática; e formular indicadores de avaliação para a produção de comparativos dos atendimentos dos sistemas públicos. A cidade de Diadema demonstra viabilidade para essa proposta ao ter diferentes formas de atendimento. Desde 1993, o apoio itinerante de profissionais especializados para a educação infantil coe-

xiste com espaços de atendimento segregado aos deficientes mentais e auditivos, tendo se criado recentemente o Centro de Atenção à Inclusão Social; realizado o primeiro censo municipal do portador de deficiência, ousadia política que permite um patamar superior de dados coletados; sido indicada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2000, como um dos cem municípios que mais desenvolveram as políticas públicas em questão; tendo cerca de 50% de seus professores formados pela Fundação Santo André, cuja parceria nesta proposta aproxima de forma instigante formadores e formados. Esta pesquisa será qualitativa: questionários, entrevistas e registros em diferentes linguagens levantarão critérios para maior aprofundamento em estudos de caso. Nos métodos qualitativos, os participantes são tidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Espera-se que essa metodologia facilite o desencadear das ações consideradas necessárias.

087

Políticas públicas e violência contra crianças e adolescentes em Araraquara, SP

Maria Teresa Miceli Kerbauy
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/13726-0
Vigência: 1/1/2002 a 31/1/2005

O objetivo central deste projeto é diagnosticar, por meio das ocorrências registradas sobre casos de violência contra crianças e adolescentes, os territórios que detêm o maior índice desse tipo de violência no município de Araraquara, SP. A escolha do município de Araraquara deve-se ao fato de ser uma cidade localizada na região central do Estado de São Paulo com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, que, apesar de um baixo índice de exclusão territorial, tem apresentado casos de violência contra crianças e adolescentes. Acrescente-se ainda que Araraquara foi escolhida para a implantação de uma unidade da Febem, possuindo também uma penitenciária do estado. Objetivamos, ao mapear territórios de violência, disponibilizar uma rede de informação que articule as diversas instâncias que trabalham com a temática, sejam elas a universidade, o poder público municipal ou estadual, os conselhos de direitos ou tutelares e as organizações não governamentais. Ao buscarmos parceiros para consecução do trabalho proposto, privilegiamos as novas instâncias decisórias municipais que vêm sendo criadas para reorganizar, com maior eficiência, o campo institucional de atendimento à criança e ao adolescente, tais como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara (Comcriar). Na primeira etapa do projeto (seis meses), re-